

Folha Nacional

24 DE OUTUBRO DE 2025 | SEMANAL | ANO 3 | 122ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | WWW.FOLHANACIONAL.PT
DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA

ORÇAMENTO 2026

GOVERNO VAI GASTAR QUASE 72 MILHÕES COM GABINETES

ATUALIDADE PAG.02

GRANDE PLANO PAG.03

PSP DENUNCIA
MILHARES DE
IMIGRANTES ILEGAIS

ENTREVISTA PAG.04

“ESTA VITÓRIA
É DAS PESSOAS
DE SÃO VICENTE”



© FOLHA NACIONAL

ORÇAMENTO 2026

GOVERNO VAI GASTAR QUASE 72 MILHÕES COM GABINETES

André Ventura e o CHEGA denunciam este luxo desenfreado e avisam: “Se este Orçamento não aliviar o peso nas famílias, vamos votar contra sem medo.”

FONTE FOLHA NACIONAL

A proposta de Orçamento do Estado para 2026 prevê um encargo de 71,8 milhões de euros com os 60 gabinetes do Governo liderado por Luís Montenegro. De acordo com a Executive Digest, este valor representa um aumento de 1,9% face a 2025, o que corresponde a mais 1,35 milhões de euros, acompanhando a inflação projetada para o próximo ano, estimada em cerca de 2%. O CHEGA considera este nível de despesa pública “inaceitável” sem uma clara redefinição de prioridades. André Ventura, Presidente do partido e líder da oposição, afirmou que “não faz sentido que aumentem os gabinetes [do Governo] enquanto as famílias portuguesas enfrentam inflação, carga fiscal e cortes invisíveis”. O partido exige “um corte sustentável na despesa política” e uma atribuição de recursos que vá “diretamente para os serviços públicos fundamentais e para quem trabalha”. O líder do segundo maior partido alertou que o Orçamento do Estado para 2026 (OE 2026) será chumbado se não incluir certas medidas exigidas pelo CHEGA: “Se os portugueses forem pagar mais de gasóleo ou gasolina, este não é o nosso orçamento.

Nós votaremos contra, se tivermos de votar contra, e não teremos medo de o assumir publicamente”, garantiu.

Ventura reforçou que o orçamento “só será aprovado com os nossos votos” se contemplar, entre outras condições, a redução de impostos, o aumento das pensões e o reforço da segurança.

Segundo a mesma fonte, entre os ministérios, verifica-se uma variação nas dotações: oito aumentam o orçamento, oito registam cortes e surge um novo ministério. Situação semelhante ocorre nos 43 gabinetes dos secretários de Estado, onde cinco ministérios recebem mais verba, nove menos e dois secretários de Estado entram pela primeira vez no mapa governativo.

O gabinete do primeiro-ministro mantém-se como o mais dispendioso, com uma previsão de 3,64 milhões de euros — dos quais cerca de três milhões se destinam a salários, contribuições sociais e encargos com a Presidência do Conselho de Ministros.

Não faz sentido que aumentem os gabinetes [do Estado] enquanto as famílias portuguesas enfrentam inflação, carga fiscal e cortes invisíveis

Assuntos Parlamentares e Defesa com maiores subidas

Os gabinetes dos ministros dos Assuntos Parlamentares e da Defesa são os que registam os maiores aumentos. Carlos Abreu Amorim, agora sem secretários de

Estado, verá a verba do seu gabinete subir para mais de dois milhões de euros, um acréscimo de 72,5%. Já Nuno Melo, na Defesa, terá um orçamento de 2,1 milhões, mais 15,2% do que em 2025. Em sentido contrário, destacam-se

os cortes nas pastas da Cultura, Juventude e Desporto, liderada por Margarida Balseiro Lopes, e da Economia e Coesão Territorial, com Manuel Castro Almeida. O primeiro gabinete verá a sua dotação cair 49,3% face ao total anterior das duas áreas; o segundo sofrerá um corte de 28,4% comparado com os valores somados da Coesão e da Economia no último ano.

No restante executivo, os aumentos não ultrapassam 12,9%, como acontece na Agri-

cultura e Pescas, e as reduções não excedem os 23,8%, como se verifica na Educação.

Defesa lidera nas despesas com deslocações

O Ministério da Defesa lidera também nas verbas para deslocações, com um total previsto de 305.734 euros. Em comparação, o gabinete do primeiro-ministro contará com 130.026 euros e o Ministério dos Negócios Estrangeiros com 248.198 euros.

Há ainda disparidades noutros gastos: o gabinete da ministra da Saúde, Ana Paula Martins, não terá qualquer verba para combustíveis, enquanto o da ministra da Administração Interna, Maria Lúcia Amaral, contará com uma dotação simbólica de 120 euros.

Fundo para imprevistos ultrapassa 2,5 mil milhões

No orçamento para 2026, o Governo reserva 2,56 mil milhões de euros para despesas imprevistas, distribuídos por três grandes rubricas: a dotação provisional (515 milhões), as reservas orçamentais setoriais (1,24 mil milhões) e uma reserva central de 809,6 milhões, todas sob supervisão do Ministério das Finanças.

Estes montantes estão associados ao mecanismo de cativações — retenções pre-

ventivas de verba para controlar a despesa pública — que, no próximo ano, deverão ascender a 2,05 mil milhões de euros, menos 17,2% do que em 2025.

Presidência da República com reforço orçamental

Também a Presidência da República verá o seu orçamento reforçado. Em 2026, contará com 22,39 milhões de euros, mais 3,43 milhões do que no ano anterior, o que representa uma subida de 18%.

A maior parte desta verba destina-se ao pagamento de remunerações e contribuições sociais, incluindo o salário do Presidente da República. Estão igualmente previstas despesas com deslocações, comunicações e combustíveis.

Quanto às negociações do Orçamento, André Ventura garante que este ano há “condições mais favoráveis” para alcançar acordos, mas deixa um aviso claro: tudo dependerá da postura do governo. O líder do CHEGA deixa ainda mais uma mensagem firme: o partido não aceitará negociar sob pressão nem se envolver em jogos políticos, apostando sempre numa solução que verdadeiramente sirva os interesses dos portugueses.

PORTUGAL A FERRO E FOGO



PATRÍCIA DE CARVALHO
DIRETORA ADJUNTA DO FN

A violência em Portugal está a aumentar, não só em número de ocorrências, como também no que diz respeito à gravidade dos atos violentos cometidos. Só na semana passada, três homens foram mortos (um esfaqueado, um baleado e um agredido violentamente) e outras quatro pessoas foram feridas com armas de fogo e armas brancas. Os números não mentem, não escondem a realidade, apesar de o Relatório Anual de Segurança Interna – que é feito do ponto de vista político e não do ponto de vista da segurança – teimar todos os anos em escamotear os números da violência e do crime. Só este ano já foram assassinadas pelo menos 96 pessoas, quando, em todo o ano passado, morreram 89 pessoas vítimas de crimes. Entre assaltos e ajustes de contas relacionados com o mundo do crime, há também exemplos de violência gratuita ou ainda violência que, honestamente, nem consigo enquadrar a não ser num quadro de loucura. Tivemos esta semana uma filha que tentou matar o próprio pai e um utente de um centro de reabilitação, descrito como pessoa afável, que esfaqueou cinco outros utentes da mesma instituição. A insegurança é generalizada e não é nenhuma perceção. Há zonas, nomeadamente no centro de Lisboa, onde o consumo de droga é feito à vista de todos e à luz do dia. Curiosamente, isto acontece em zonas onde há um volume enorme e descontrolado de imigrantes. Coincidências! Na Margem Sul, o crime também não pára de crescer. Curiosamente, outra vez, em zonas onde há uma enorme concentração de imigrantes brasileiros com ligações ao Primeiro Comando da Capital (organização criminosa brasileira). Coincidências! A isto soma-se a falta de autoridade das forças de segurança, que são, elas próprias, algemadas nas suas funções: se usam força para deter criminosos são alvo de inquéritos internos e disciplinares; são tratados com total desrespeito nas ruas; têm salários miseráveis. Assim é impossível pôr um ponto final na violência. Falta autoridade. Faltam valores a alguns cidadãos.



© FOLHA NACIONAL

SEGURANÇA NACIONAL EM RISCO

PSP DENUNCIA MILHARES DE IMIGRANTES ILEGAIS

PSP denuncia documentos falsos, redes criminosas e pressão migratória. CHEGA culpa o governo pela desordem migratória e exige medidas duras face à “invasão organizada”.

FONTE FN/LUSA

O diretor nacional-adjunto da PSP e responsável pela Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF), João Ribeiro, revelou que existem “largas dezenas de milhares” de imigrantes a viver em Portugal em situação irregular, manifestando particular preocupação com redes organizadas de entrada fraudulenta através dos aeroportos, envolvendo sobretudo cidadãos da CPLP e do subcontinente indiano. Em entrevista à agência Lusa, o responsável da PSP admitiu que a maioria destes casos poderá resultar de inexperiência ou omissão de documentação, mas sublinhou que muitos imigrantes nunca chegaram sequer a iniciar um processo legal de regularização, entrando no país sem qualquer registo. “Nunca avançaram com nenhum documento. Se não juntaram os documentos quando era devido, estão em situação irregular”, afirmou. A situação tornou-se particularmente grave após a extinção, em junho de 2024, do mecanismo da manifestação de interesse — que permitia a estrangeiros pedir autorização de residência —, levando

a PSP a reforçar o alerta sobre o risco de novas formas de entrada ilegal. “Temos detetado nos aeroportos muitos contratos falsos, com empresas que não existem, usados por cidadãos da CPLP que querem vir trabalhar para Portugal”, explicou João Ribeiro.

Alguns imigrantes chegaram a confessar às autoridades que pagaram por documentos falsos, e há indícios de que Portugal esteja a ser usado como “porta de entrada para a Europa”, o que representa, segundo a PSP, um risco significativo para a segurança nacional e para o espaço Schengen.

A revelação de que dezenas de milhares de imigrantes vivem em Portugal ilegalmente motivou uma reação firme por parte do CHEGA. O presidente do partido, André Ventura, classificou o cenário como “inaceitável” e alertou que a imigração está “completamente fora de controlo”.

“Os imigrantes ilegais não são bem-vindos. Portugal já está cheio. Este país não pode continuar a receber todos os que chegam sem regras nem controlo. É preciso travar esta invasão organizada antes que seja tarde demais”, afirmou Ventura, em declarações ao Folha Nacional.

O líder da oposição acusa o Governo de ter criado as condições para este descontrolo ao facilitar, durante anos, a atribuição de autorizações de residência e nacionalidade sem critérios rigorosos. Para o CHEGA, o fim da manifestação de interesse foi “tardio” e insuficiente, defendendo medidas adicionais como o reforço imediato do

controlo fronteiriço nos aeroportos; a criação de um plano de expulsão rápida para imigrantes ilegais; a reversão da legislação que permita regularizações automáticas ou generalizadas; e uma revisão profunda da lei da nacionalidade.

Os imigrantes ilegais não são bem-vindos. Portugal já está cheio. Este país não pode continuar a receber todos os que chegam sem regras nem controlo. É preciso travar esta invasão organizada antes que seja tarde demais”



© FOLHA NACIONAL

“ESTA VITÓRIA É DAS PESSOAS DE SÃO VICENTE”

Pela primeira vez em Portugal, o partido CHEGA assume o controlo de uma Câmara Municipal. São Vicente, na Madeira, foi o palco desta viragem política, com uma vitória absoluta em todos os órgãos autárquicos do concelho. José Carlos Gonçalves, agora presidente da autarquia, falou em exclusivo ao Folha Nacional sobre os desafios que se avizinham, as prioridades para o mandato e o significado desta conquista para os vicentinos e para o país.

Como recebeu os resultados das eleições?

Recebi-os com emoção e, sobretudo, com um enorme sentido de responsabilidade. Esta vitória não é minha, é das pessoas de São Vicente. É dos trabalhadores, dos agricultores, dos jovens e dos nossos seniores que acreditaram que a mudança era possível. É a vitória de um povo que disse “basta” a décadas de estagnação. Não foi uma conquista individual, mas o resultado do esforço coletivo de uma equipa dedicada, que nunca desistiu.

Foi uma campanha intensa. O que o levou a avançar com a candidatura?

Avancei por dever de consciência. Sou

de São Vicente, nasci e cresci aqui. Este concelho é o meu lar e senti que era hora de fazer algo pela minha terra. Durante anos, fomos governados pelos mesmos, sem ambição nem inovação. A população estava descrente, e era preciso mostrar que havia alternativas. O CHEGA deu-nos essa possibilidade e nós agarrámo-la com convicção. Quisemos trazer verdade, trabalho e amor à terra, e conseguimos.

Como descreve a equipa que o acompanhou nesta caminhada?

Foi determinante. Esta foi uma candidatura feita por pessoas comuns, mas extraordinárias. Gente da terra, que sente os problemas na pele: mecânicos, agricultores, pequenos

empresários, mães e pais de família. Uma equipa genuína e humilde, que representa verdadeiramente o concelho.

O CHEGA confiou em nós, deu-nos voz e apoiou-nos desde o início — isso fez toda a diferença. A vitória é deles tanto quanto minha.

Quais são as prioridades imediatas para o novo executivo municipal?

As pessoas vêm sempre em primeiro lugar. Vamos governar com respeito, justiça e total transparência. Uma das primeiras medidas será a reabertura das Grutas de São Vicente, um dos maiores tesouros naturais do concelho, que tem estado esquecido e encerrado. Queremos devolver-

-lhe vida, segurança e projeção turística, porque isso significa emprego, comércio ativo e população mais fixa. Vamos também avançar com a criação de um Gabinete de Apoio ao Agricultor. Teremos técnicos no terreno, ao lado dos produtores. A agricultura é vital para o nosso futuro — não pode continuar a ser ignorada.

E a nível de serviços básicos e instituições locais?

Já iniciámos o plano de limpeza das ruas e de manutenção dos espaços públicos. A imagem do concelho tem de melhorar — e rapidamente. Vamos também reforçar o apoio e a articulação com entidades essenciais como os Bombeiros Voluntários e a ADENORMA. São instituições que realizam um trabalho fundamental junto da comunidade e merecem mais reconhecimento e melhores condições para operar.

A vitória do CHEGA em São Vicente é vista como um marco político nacional. Sente esse peso?

Claro que sim. Somos a primeira Câmara do país a ser liderada pelo CHEGA, e isso tem um significado profundo. Mostra que é possível romper com o sistema instalado, com os velhos vícios da política. São Vicente tornou-se um símbolo de coragem e de mudança. Mas o mais importante agora é provar que sabemos governar. Não queremos fazer barulho, queremos fazer trabalho — rigor, proximidade e resultados concretos.

O presidente do CHEGA, André Ventura, vai estar presente na tomada de posse. O que representa essa presença?

É um momento importante para o partido, e a presença do Dr. André Ventura reforça isso mesmo. Ele sempre acreditou neste projeto, apoiou-nos desde o primeiro momento e nunca deixou de estar ao nosso lado. Esta vitória também é dele. A tomada de posse, no dia 25 de outubro, às 17h30, será o ponto de partida para uma nova forma de fazer política — mais próxima, mais séria e mais eficaz.

Que mensagem deixa aos vicentinos?

Que esta vitória é de todos, sem exceção — também daqueles que não votaram em nós. Vamos governar com diálogo e com verdade. A política precisa de recuperar a confiança das pessoas, e é isso que nos propomos a fazer. Queremos que São Vicente volte a ser motivo de orgulho, para quem cá vive e para quem nos visita. O nosso compromisso é claro: trabalhar todos os dias por um concelho mais justo, mais limpo e mais próspero.

OPINIÃO

UM ALARGAMENTO
TO FEITO À PRESSA

**ANTÓNIO
TÂNGER CORRÊA**
EURODEPUTADO

O alargamento europeu tem sido conduzido de forma deplorável pela Comissão Europeia. O seu furor centralista não conhece limites: corre-se agora para acelerar adesões sem as mínimas condições — Albânia, Moldávia, Ucrânia — enquanto os Balcãs Ocidentais, essenciais à estabilidade do continente, são deixados para trás há mais de trinta anos. Nada disto é inocente. O objetivo é claro: alterar as regras, eliminar a unanimidade no Conselho e reduzir a representatividade dos pequenos países, silenciando as suas vozes. Em termos de coesão, este alargamento apressado ameaça diretamente os nossos fundos e o futuro do pacote português. A Europa destruiu a produtividade do nosso setor primário, tornou-nos dependentes de subsídios e agora quer alargar para nos retirar os apoios. Nenhum país deve entrar antes de Portugal estar firmemente na rota do crescimento, da convergência e da afirmação dentro da União. Apoiar o contrário seria trair Portugal e os portugueses. É tempo de a Europa perceber que o verdadeiro fortalecimento não vem da pressa nem da expansão cega, mas do respeito pelos seus povos e pela soberania de cada Estado. A União Europeia precisa de reencontrar a sua alma — e isso começa por ouvir os cidadãos e não as burocracias de Bruxelas.

CHOQUE FISCAL

POLÓNIA APOIA
PAIS COM DOIS
OU TRÊS FILHOS

FONTE FN

A Polónia aprovou uma nova lei que isenta do pagamento de imposto sobre o rendimento todas as famílias com pelo menos dois filhos e rendimentos anuais até 140 mil złótis (cerca de 33 mil euros). A medida, uma das principais promessas do Presidente Karol Nawrocki, tem como objetivo aumentar o rendimento disponível das famílias e estimular a economia. De acordo com estimativas oficiais, uma família média poderá beneficiar de um acréscimo mensal de cerca de 1.000 złótis (aproximadamente 235 euros).

NOS ÚLTIMOS TRÊS AUMENTARAM OS CASOS

HÁ CADA VEZ MAIS
FILHOS A ATACAR PAIS

FONTE LUSA TÍTULO FN

O número de progenitores agredidos pelos filhos que pediram ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) aumentou mais de 27% nos últimos três anos, ultrapassando as 2.800 pessoas, uma média de 2,6 casos por dia. Segundo as estatísticas da APAV sobre 'Filhos/as que agredem os Pais/as Mães', a que a Lusa teve acesso, entre 2022 e 2024, o número de vítimas aumentou de ano para ano, registando-se 815 casos no primeiro ano, 962 no ano seguinte e 1.036 em 2024. Significa que, no global, há um aumento de 27,1% e que, em média, a APAV

ajudou cerca de 78 pessoas por mês, 18 por semana e 2,6 por dia. Em declarações à Lusa, Cynthia Silva, criminóloga na APAV, apontou que este aumento "pode significar que há mais vítimas a procurarem o apoio da APAV", o que é um "aspeto positivo", mas chamou a atenção para outra percentagem, a das pessoas que ficam em silêncio. "Percebemos que em 48% das situações não há apresentação de queixa, o que significa que, apesar de poder haver maior procura de apoio, ainda há muitas situações que se mantêm silenciadas (...)", apontou.



© FOLHA NACIONAL

ALERTA DA PSP

COMPRAM-SE CRIANÇAS
PARA ADOÇÃO

FONTE LUSA TÍTULO FN

O responsável pela Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF) da PSP avançou que estão a ser sinalizados mais casos de tráfico de seres humanos em Portugal para exploração laboral e sexual e "importação de crianças para adoção". "Infelizmente, temos tido sinais de que Portugal é também destino de tráfico de seres humanos para a exploração laboral, quer para a exploração sexual, quer também, infelizmente, alguns casos em que são processos para efeitos de importação — e peço desculpa pela

expressão ser muito forte — importação de crianças para adoção", precisou o diretor nacional-adjunto da PSP e responsável pela UNEF. Em entrevista à agência Lusa, João Ribeiro explicou que a competência na área do crime de tráfico de seres humanos é da Polícia Judiciária, mas a Polícia de Segurança Pública (PSP) "tem um papel fundamental em termos de prevenção", de conseguir sinalizar situações que ocorrem na passagem de fronteira dos aeroportos e a nível nacional.

IEFP

NÚMERO DE
DESEMPREGADOS
SEGUE EM ALTA

FONTE FN/LUSA

De acordo com dados divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), no final de setembro estavam inscritos nos centros de emprego do continente e das regiões autónomas um total de 302.600 desempregados. Este número representa 69,2% do total de 437.080 pedidos de emprego registados. Comparando com agosto, setembro registou mais 962 desempregados. Trata-se do segundo aumento mensal consecutivo, após seis meses seguidos de redução no número de desempregados.

(SOBRE)VIVEM COM 632 EUROS

IDOSOS ESTÃO
CADA VEZ
MAIS POBRES

FONTE FN

Cerca de 1,8 milhões de pessoas em Portugal viviam em agregados familiares com um rendimento mensal inferior a 632 euros por adulto equivalente, em 2023. Entre os diferentes grupos etários analisados, os idosos foram os mais afetados pelo agravamento da pobreza, com a taxa de risco a aumentar de 17,1% em 2022 para 21,1% em 2023. Os dados divulgados pela Pordata revelam que um em cada cinco idosos vive sozinho com rendimentos inferiores a 632 euros mensais ou integra um agregado considerado pobre, segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

PERCEÇÕES?

UM EM CADA TRÊS
PORTUGUESES
RECEIA ATAQUES

FONTE LUSA TÍTULO FN

Um em cada três portugueses tem receio de ser assaltado ou agredido, o que representa um aumento de 10 pontos percentuais face a 2023, revelou o Barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), divulgado. O estudo relativo a 2025 apresenta a perceção da criminalidade e segurança, com base em dados recolhidos em julho junto de uma amostra de 600 pessoas, através de entrevistas telefónicas. Os dados do mais recente Barómetro da APAV indicam que 63% dos inquiridos se sentem seguros no dia-a-dia e que 60% consideram Portugal um país seguro ou muito seguro.

REINO UNIDO

BATIZADOS
EM BANHEIRAS
PARA EVITAR
DEPORTAÇÃO

FONTE FOLHA NACIONAL

Uma investigação do jornal britânico The Telegraph revelou que dezenas de requerentes de asilo no Reino Unido estão a ser batizados em banheiras de hotéis como forma de reforçar os seus pedidos de residência. O caso está a gerar polémica e a levantar dúvidas sobre o eventual uso fraudulento de conversões religiosas como estratégia para escapar à deportação.

De acordo com o mesmo jornal, os batismos são realizados por voluntários da Carelinks Ministries, uma organização cristã registada como instituição de caridade e associada aos Cristadelfianos — uma pequena corrente religiosa que rejeita dogmas centrais do cristianismo tradicional, como a Santíssima Trindade.

Os voluntários deslocam-se a unidades hoteleiras onde se encontram alojados requerentes de asilo com apoio do Estado britânico e procedem às cerimónias de conversão, submergindo os imigrantes em banheiras cheias de água. Duncan Heaster, um dos responsáveis da organização, confirmou ao jornal que realizou vários destes batismos em Londres e noutras cidades do país. “Não me interessa se o fazem para ficar no país ou não. Eu apenas batizo quem o solicita”, afirmou.

Nos últimos anos, várias destas conversões têm sido invocadas como argumento em processos de asilo ao abrigo da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, com

base no receio de perseguição religiosa caso os requerentes regressem aos seus países de origem, maioritariamente de maioria muçulmana. Desde 2019, pelo menos seis cidadãos do Irão e do Iraque alegaram ter-se convertido ao cristianismo em solo britânico, tendo alguns conseguido autorização de residência, apesar de os tribunais considerarem que a sua fé era “dúbia” ou mesmo “fabricada”.

O caso tem alimentado o debate político. Chris Philp, ministro do Interior no governo-sombra, classificou a situação como “insana” e apelou a uma reformulação urgente do sistema de asilo. “Batizar imigrantes ilegais numa banheira é um sinal claro de que perdemos o controlo. O processo está a ser abusado numa escala industrial”, afirmou, defendendo que as conversões religiosas feitas no Reino Unido

deixem de ser consideradas como critério válido para a concessão de asilo. Também a Igreja de Inglaterra reagiu ao caso, admitindo que alguns requerentes de asilo possam considerar que a conversão ao cristianismo pode facilitar o seu processo migratório. Num comunicado, a instituição apelou à responsabilidade dos seus clérigos, sublinhando que “manipular ou forjar uma conversão com fins pessoais é inaceitável”. No entanto, negou a existência de práticas sistemáticas ou orientações para promover batismos com vista à obtenção de asilo.

O Ministério do Interior britânico reforçou que a simples conversão religiosa não garante automaticamente o estatuto de refugiado e que cada caso é analisado individualmente. Ainda assim, especialistas em migração alertam para o aumento do

que consideram ser “fraude religiosa”, facilitada pelas fragilidades do atual sistema e pelo enquadramento legal da ECHR.

Já aconteceu antes

A verdade é que estes atos não são únicos. Na Áustria, em 2013, o Middle East Forum avançou que as autoridades descobriram uma rede que ajudava cidadãos iranianos a converter-se ao catolicismo (através de cursos e batismos) para fundamentar pedidos de asilo com base em perseguição religiosa.

De acordo com a Deutsche Welle, na Alemanha (e noutros países europeus, como a República Eslovaca), também foi relatado que requerentes de asilo que afirmavam ter-se convertido ao cristianismo enfrentavam a avaliação da credibilidade da conversão como parte do processo de asilo.



| © DR

PREÇO DAS CASAS SOBE PARA 2.065
EUROS POR METRO QUADRADO

FONTE LUSA TÍTULO FN

O preço mediano dos 41.608 alojamentos familiares transacionados, no segundo trimestre, foi de 2.065 euros por metro quadrado, mais 19% do que no mesmo período de 2024 e após um aumento de 18,7% no trimestre anterior, segundo o INE.

As Estatísticas de Preços da Habita-

ção ao Nível Local, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), referem que o número de transações de alojamentos familiares em Portugal aumentou 15,6% em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

“QUEM COMETE CRIMES GRAVES
DEVE PERDER A NACIONALIDADE”

FONTE FN

O CHEGA exige a perda da nacionalidade portuguesa a quem cometa crimes como terrorismo ou homicídio. André Ventura defende que quem atenta contra Portugal “não pode manter a nacionalidade”, sublinhando que esta deve ser reservada a quem honra os valores da nação. O líder do segundo maior partido

português especifica que a perda da nacionalidade deverá ocorrer, em particular, em situações que envolvam participação em organizações terroristas, envolvimento em crimes contra a segurança do país ou “qualquer conduta que configure atentado aos fundamentos do Estado de direito democrático”.

ATÉ AO FIM DE 2027

ESPAÑHA QUER LEGALIZAR UM MILHÃO DE IMIGRANTES ILEGAIS

FONTE FOLHA NACIONAL

O Governo espanhol, liderado por Pedro Sánchez, prevê regularizar perto de um milhão de imigrantes ilegais até 2027, uma medida altamente polémica que, segundo vários especialistas e partidos da oposição, poderá ter consequências graves para o país, tanto a nível demográfico como económico e de segurança.

De acordo com o jornal espanhol La Gaceta, a decisão surge com a entrada em vigor, em maio, do novo Regulamento de Estrangeiros, que permite a concessão de cerca de 300 mil autorizações de residência por ano, durante o triénio 2025-2027. A medida foi promovida pelo Ministério da Inclusão, Segurança Social e Migrações, com o argumento de “favorecer a integração” e garantir direitos a mais de 900 mil imigrantes que vivem atualmente em Espanha sem documentação legal.

O regulamento prevê a atribuição de residência com base em arraigo social, familiar, laboral ou formativo, flexibilizando os critérios até agora exigidos, nomeadamente ao reduzir o tempo mínimo de permanência no país de três para apenas dois anos. Uma vez regularizados, os imigrantes poderão iniciar o processo de naturalização e obter a nacionalidade espanhola após dez anos de residência legal — ou menos, no caso de refugiados ou cidadãos de países ibero-americanos, Portugal, Andorra e Filipinas. Além deste processo massivo, o Governo espanhol tem igualmente acelerado o uso da nacionalização por carta de natureza, um mecanismo excecional que concede a cidadania por decreto a estrangeiros com “circunstâncias especiais”. Desde 2020, o número de nacionalizações por esta via aumentou mais de 300%, tornando-se num dos métodos mais rápidos de acesso à cidadania espanhola, muitas vezes sem um escrutínio rigoroso.

A medida tem sido alvo de duras críticas



© LUSA / MIGUEL A. LOPES

por parte da oposição e de diversos setores da sociedade espanhola, que alertam para um possível “efeito de atração” suscetível de incentivar mais imigração ilegal. Estas preocupações estendem-se também à segurança pública, particularmente em contexto europeu, como demonstrado pelo recente caso ocorrido na Suécia, em que um auxiliar de cuidados domiciliários de origem síria foi condenado por agressão sexual agravada contra uma idosa de 67 anos. A vítima, que sofria de debilidades

físicas após um AVC, foi atacada na sua própria cama, vindo a falecer semanas depois. O caso, que gerou forte indignação pública, reacendeu o debate sobre os riscos associados à falta de controlo nos perfis dos migrantes acolhidos nos países europeus.

Em contraste com a abordagem do Governo espanhol, o partido CHEGA, em Portugal, recusa seguir um caminho semelhante e tem defendido uma política de imigração mais restritiva e rigorosa. O partido lidera-

do por André Ventura considera que Portugal não pode transformar-se num destino automático para quem entra ilegalmente na Europa e propõe o fim da legalização com base apenas na presença prolongada no território nacional, o endurecimento das regras de atribuição de residência e a revisão profunda da Lei da Nacionalidade.

“Este plano do Governo espanhol vai trazer para a Europa mais imigração desnecessária e clandestina. Vai trazer-nos mais máfias que vão controlar essa imigração e fazer contratos fictícios”, alegou Ventura.

Para o CHEGA, a atribuição de apoios sociais deve estar reservada a cidadãos nacionais ou a estrangeiros com residência legal e duradoura, sob critérios claros e exigentes. A atual política de regularizações — muitas vezes automáticas ou com requisitos mínimos — é, segundo o partido, um fator de pressão sobre os serviços públicos, o sistema de segurança social e a coesão social.

“Queremos fronteiras fortes em Portugal, em Espanha e em toda a Europa, porque a Europa é nossa. Temos de dizer que não é possível continuar a permitir a entrada massiva de imigrantes islâmicos e muçulmanos”, reforçou.

Enquanto o Executivo de Pedro Sánchez avança com uma das maiores regularizações da Europa, Portugal entra em 2026 com um debate cada vez mais aceso sobre imigração, identidade nacional e sustentabilidade do Estado social. O contraste entre os modelos espanhol e português evidencia duas visões profundamente distintas para o futuro do continente: de um lado, a via da regularização em massa e da abertura quase incondicional; do outro, a defesa de uma política migratória mais controlada, baseada na segurança, na reciprocidade e na proteção dos recursos públicos.

FILHO DE 14 ANOS SUSPEITO DE MATAR VEREADORA DE VAGOS

FONTE FN

A Polícia Judiciária está a investigar a morte de Susana Gravato, vereadora da Câmara Municipal de Vagos pelo PSD, encontrada sem vida na sua residência, na Vagueira, na passada terça-feira. O principal suspeito do crime é o filho da vítima, de 14 anos, já identificado pelas autoridades.

A descoberta foi feita pelo marido de Susana, que a encontrou em paragem cardiorrespiratória e acionou de imediato os serviços de emergência. Ainda tentou manobras de reanimação, mas sem sucesso. A PJ foi chamada ao local devido a indícios de violência detetados.

SÓCRATES TEVE TRÊS EMPRÉSTIMOS SIMULTÂNEOS NA CGD

FONTE LUSA TÍTULO FN

O antigo primeiro-ministro José Sócrates chegou a ter, em 2014, três empréstimos em simultâneo na Caixa Geral de Depósitos (CGD) para cobrir despesas que admitiu serem “absolutamente exageradas”, testemunhou a sua gestora de conta à data. No julgamento da Operação Mar-

quês, Dina Alexandre explicou que José Sócrates começou por pedir, no início de 2014, um empréstimo total de 75 mil euros para suportar as suas “despesas de instalação” para estudar em Paris e as do filho, então já a residir na capital francesa com a mãe, sua ex-mulher.

ÚLTIMAS

ENTRA EM CASA DA EX-MULHER, ESCONDE-SE NO QUARTO E VIOLA-A

A Polícia Judiciária (PJ) deteve um homem indiciado pela prática dos crimes de violação e violência física contra a ex-companheira, na Arrifana, concelho de Santa Maria da Feira.
Durante a noite, a mulher foi surpreendida no quarto pelo ex-companheiro, que estava escondido. O suspeito tem registo criminal por crimes contra pessoas e contra a propriedade e já cumpriu pena de prisão.

VENTURA CRITICA POSIÇÕES DE GOUVEIA E MELO SOBRE IMIGRAÇÃO

O candidato presidencial e líder do CHEGA, André Ventura, criticou as posições de Gouveia e Melo sobre imigração, considerando que alguém que quer ser o próximo Presidente da República não pode equiparar um imigrante a um português. André Ventura comentou a entrevista do seu adversário à agência Lusa e disse que os portugueses têm “mesmo um gene especial”, porque amam o seu país.

ELEVADOR DA GLÓRIA: PRESIDENTE DA CARRIS APRESENTA DEMISSÃO

No relatório preliminar ao acidente do Elevador da Glória, que causou 16 mortos e cerca de duas dezenas de feridos, o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários referiu que o cabo que unia as duas cabinas, e que cedeu no ponto de fixação da carruagem, não respeitava as especificações da Carris.

INSÓLITO

FERRY COM EMOÇÃO

E se o seu carro capotasse e ficasse pendurado por cabos, prestes a cair na água? Pode parecer uma cena de filme, mas aconteceu mesmo.
Este incidente ocorreu no porto italiano de Procida, uma pitoresca ilha ao largo de Nápoles, e provocou um grande susto a uma família de três pessoas que viveu tudo na primeira pessoa.
Tudo se passou quando o carro da família tentou sair do ferry e, enquanto se preparavam para desembarcar, por razões ainda desconhecidas, a rampa de saída subiu inesperadamente, fazendo o veículo capotar.
O carro capotado, com as três pessoas no interior, ficou literalmente pendurado por cabos, à beira de cair na água. Por milagre, apenas a viatura sofreu danos: “a família não sofreu qualquer ferimento, apenas um grande susto”, revelou fonte local.
Há dias em que, verdadeiramente, não se devia sair de casa!



HÁ DOIS ANOS FOI ASSIM

SOLIDARIEDADE CHEGA DOA SENHAS DE PRESENÇA

FONTE FOLHA NACIONAL

Há um ano, por iniciativa do PSD, o Orçamento do Estado para 2025 descongelou 5% dos salários dos políticos, medida aplicada em 2011, no tempo da ‘Troika’ e do resgate financeiro da República Portuguesa. O CHEGA, que na altura votou contra, foi mais longe e deu o exemplo através do seu Presidente e dos seus

deputados, doando 5% dos seus salários a várias instituições de solidariedade social. No mandato autárquico de 2021-2025, vários autarcas do CHEGA também doaram as suas senhas de presença a várias instituições de solidariedade social, dando o exemplo nas suas comunidades.

Esta semana, vários autarcas eleitos para o mandato autárquico de 2025-2029 já manifestaram a intenção de seguir esse exemplo nas suas comunidades e de ter esse papel social de ajudar quem precisa, nomeadamente instituições que apoiam idosos, crianças desfavorecidas e vítimas de violência doméstica.



ONLINE, OU IMPRESSO

ACOMPANHE AS NOVIDADES

www.folhanacional.pt

CAPTURE O CÓDIGO E FIQUE A PAR DAS NOVIDADES

